

PREFÁCIO

I

A Elaboração do Poema

Manuel de Faria e Sousa, cuja «reabilitação» na Europa cis e transpirenaica parece iminente, escreveu, como é sabido, *duas* vidas de Camões: uma impressa à frente de *Os Lusíadas* e outra à frente das *Rimas Várias*, muito modificada. (Deve dizer-se que nem em todos os exemplares das *Rimas* aparece esta *Vida*.) A primeira das *Vidas* é notável por diversos títulos, e ainda pelos dislates que aquele comentador acumulou sobre o início da redacção do Poema, pois diz (col. 35) «que el creerse que la mayor parte deste Poema ('la mayor parte', note-se) iva escrito de Portugal quando passou a la Índia, no es difícil; i menos el ver que desde sus primeros años le comẽçó». E mesmo que tivesse começado o seu Poema aos 20 (concede Faria e Sousa), trouxe-o entre mãos trinta anos, pois tendo nascido em 1517 (Faria e Sousa mudou depois de opinião) e imprimido o Poema em 1572 ficam 55, e deduzindo os tais 20 ficam 30 «e quando menos 20». E se alguém argumentar que o Poema só poderia ter sido começado (ou, pelo menos, concebido) depois da leitura das duas primeiras *Décadas* de Barros e do primeiro livro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, por Castanheda, poderá objectar-se com Faria e Sousa que Camões poderia ter conhecido aquelas obras em manuscrito. Mas ainda que não fosse assim, havendo a primeira *Década* de Barros sido impressa em 1552 e tendo o Poeta partido para a Índia em 1553 «aun queda en pie lo que diximos de q el primero bosquejo se hizo en Portugal en este tiempo que corriò desde la impression de las *Décadas* a sua partida; o tres años primero que le imprimiese el de 1572; e assi quando menos, son veinte los que truxo consigo este Poema». Uma tão penetrante conjectura devia por força ter o auxílio da Providência. E teve! «O buen Dios, como favoreces las honestas ocupaciones!» E vieram ter-lhe às mãos, ao começar a impressão dos seus Comentários, *dois* manuscritos, um deles de primacial importância para o seu ponto de vista: «es una copia de los primeros seis cantos, escrita antes que el Poeta passasse a la Índia: 'con que

I

PREFÁCIO

me hallo mas contento que un ignorante; mas loco que un enamorado, i mas sobervio que un rico'» (na corte de Madrid, acrescente-se). Eis como termina a cópia manuscrita: «*Estes seys cantos se furtaraõ a Luis de Camões da obra que tem começado sobre o descubrimento, e conquista da Índia por os Portugueses: Vam todos acabados, excepto o sexto, que posto que vay aqui o fim delle, faltalhe hũa historia de amores que Leonardo contou estando vigiando, que ha de prosiguir sobre a Rima 46 onde logo se sente bem a falta della; porque fica fria, e curta a conversaçam dos vigiantes, e o proprio canto mais breve que os outros*» (col. 37). E assim se fundamentava uma redacção incompleta do Poema, antes de o Poeta ter partido para a Índia!

À história de cavalaria de Fernão Veloso faltava a história de amores de Leonardo, esquecendo que no fim dos *Doze de Inglaterra* a «companha» pedia a Veloso mais histórias de cavalaria! (VI.69.5-8).

Na segunda *Vida*, à frente das *Rimas*, dirá Faria e Sousa no n.º 28: «En la vida del P. que escrivimos en los Comentarios a la Lusíada, desde el numero 16. hasta el 21. hemos procurado mostrar en que tiempos, y en que partes del mundo avia el P. escrito los más de sus Poemas; y despues hallamos que en mucho nos aviamos equivocado, porque tuvimos mejores noticias.» E mais não disse! Ora o n.º 16 referido é justamente aquele em que se ocupa das circunstâncias de tempo e de lugar em que redigiu *Os Lusíadas*! (1)

Não há qualquer notícia de que o Poeta tenha tido a ideia de escrever um Poema sobre o descobrimento de Vasco da Gama antes de partir para a Índia. Pode supor-se, interpretando alguns versos líricos, que várias ideias *heróicas* lhe passaram pela mente quando estava ainda em Lisboa, mas não concretizou nenhuma. É certo que o primeiro livro de Castanheda estava à sua disposição desde 1551 e a primeira das *Décadas da Ásia* desde o ano seguinte. Mas a elaboração de um plano épico não dependia apenas de duas ou três leituras. Camões não ia escrever uma narrativa histórica; ia escrever uma obra de arte, servindo-se de um grande acontecimento histórico. Decidir-se a optar pela fábula pagã também não lhe teria sido fácil, mas, além do exemplo do Mantuano, havia em Camões uma verdadeira idolatria pela beleza do paganismo. Sobre esta matéria estava Camões bem informado ainda antes de partir para a Índia, mas faltava inseri-la num grande campo de acção, que só a experiência marítima lhe daria. E quando falo de experiência marítima não quero referir-me apenas à dura vida de bordo, nem aos grandes fenómenos presenciados, mas às imagens visuais e auditivas

PREFÁCIO

que a própria vida do mar pôs ao alcance da sua retina e do seu ouvido e que vieram a transformar-se em versos imortais, como o famoso

Cortando o longo mar com larga vela

(I.45.4)

analisado por Tasso da Silveira (2). A est. 19 do Canto I, que marca o início da narração, só poderia ter sido escrita por um nauta que vê de bordo as outras naus recortando-se num poente solar:

*Já no largo oceano navegavam,
As inquietas ondas apartando;
Os ventos brandamente respiravam,
Das naus as velas côncavas inchando;
Da branca escuma os mares se mostravam
Cobertos, onde as proas vão cortando
As marítimas águas consagradas,
Que do gado de Próten são cortadas,*

(I.19)

Nem a alusão mitológica vem empanar a beleza do quadro. À sua experiência marítima pertence a tormenta do cabo da Boa Esperança, que lhe daria a inspiração para a tormenta (irreal) sofrida por Vasco da Gama.

Inseriram-se na sua experiência marítima os ecos surdos do mar, que depois foram transformados em arte:

*Bramindo o negro mar de longe brada
Como se desse em vão (= no vão) nalgum rochedo ...*

(V.38-3-4)

... e cum sonoro

Bramido muito longe o mar soou.

(V.60.3-4)

Em minha opinião – e fossem quais fossem as meditações do Poeta sobre o assunto –, o Poema, tal como o temos, começou a tomar forma em 1554 ou pouco depois. A Dedicatória a D. Sebastião foi redigida na hora de iniciar o seu Poema, portanto, por fins de 1554, quando chegou à Índia a notícia do prodigioso nascimento do neto de D. João III, em 20 de Janeiro de 1554. Não só o Poeta se dirige em toda a Dedicatória ao tenro infante [«Vos tenro & novo ramo florecente» (I.7); «Que nesse tenro gesto vos contemplo» (I.9); «Que afeiçoada ao gesto bello & tenro» (I.16)], mas – circunstância para mim muito importante – não procurou alinhá-la na esfera temporal com o ano em que acabou o Poema. A

III

PREFÁCIO

Dedicatória ficou como foi escrita, a marcar um acontecimento que teve foros de miraculoso para os Portugueses («maravilha fatal») - e só o poderia ter sido não longe de 1554. Os versos

*E vós, ó bem nascida segurança
Da lusitana antiga liberdade,*

(I.6.1-2)

marcam uma «segurança» presente, que acaba de surgir. Muito mais tarde, em 1575, dirá a D. Sebastião

*Assi vós, Rei, que fostes segurança
da nossa liberdade ...*

Eram já outros os termos dessa segurança, que o próprio rei, aliás, se encarregaria de destruir.

Não me resta dúvida de que foi por 1554 que o Poeta tratou de elaborar o plano da epopeia (poderia escrever-se um poema sem plano?) e de delinear os principais episódios que, entressachados no Poema, mas fazendo corpo com ele, o encheriam de atractivos estéticos.

Dizer quando o Poeta pousou pela primeira vez a pena sobre o papel não parece muito difícil; mas a quando remonta o pensamento da epopeia? Para Storck o propósito de cantar os feitos heróicos do seu povo e da Pátria tomou, contudo, forma decisiva e *amadureceu* durante os seis meses de vida no oceano (3). É uma tese que podemos aceitar. E acrescenta o historiador alemão: «Se o gérmen da epopeia ainda não estendera até então raízes vivazes e tenazes, se na mente do Poeta ainda não se definira claramente o descobridor do caminho da Índia como figura principal, se a primeira e feliz navegação ao Oriente, a empresa do forte capitão, ainda não se revelara no seu esboço e na primeira traça como ponto culminante e foco de irradiação, no qual convergem as acções heróicas dos Portugueses, foi, sem dúvida alguma, durante a travessia que o génio criador do Poeta tomou o seu voo de águia.» (4)

Infelizmente, Storck terçou armas pela criação de dois poemas: um, histórico, elaborado ainda em Portugal e em Lisboa e de que o Poeta teve quase prontos os Cantos III e IV, e, depois, a epopeia marítima, em que vem entretecer-se a história do Reino. Mas isto, a meu ver, é destruir a unidade dos Cantos III, IV e V, que constituem a narrativa dos feitos do Reino ao rei de Melinde e inserem-se na epopeia marítima. Tal narrativa tem muito pouco de histórica: foi sobretudo ideada pelo Poeta. Camões aproveitou muito bem o momento em que aparece pela primeira vez um rei *amigo*, o de

PREFÁCIO

Melinde, para iniciar a narrativa épica desde as origens até aquele momento em que chegou a Melinde. Não se vê como se podem separar estes três cantos e inserir os dois primeiros numa epopeia do Reino.

Prefiro ver a elaboração da epopeia segundo um plano preestabelecido, apenas modificado nesta ou naquela estância por acontecimento posterior à navegação e portanto tendo o seu lugar em qualquer profecia.

Não creio que o Poeta tenha levado longos anos a elaborar a sua epopeia intensamente – e há uma efeméride que mostra bem que em quatro ou cinco anos o Poeta avançara bastante. O trecho insere-se na descrição do orbe terrestre:

*Este receberá, plácido e brando,
No seu regaço os cantos que, molhados,
Vêm do naufrágio triste e miserando,
Dos procelosos baxos escapados ...*
(X.128.1-4)

Refere-se ao rio Mecom, que recolheu os naufragos do navio de Leonel de Sousa, que se afundou nos mares da China nos fins de 1558 (ou princípios de 1559). Entre eles contava-se Camões (5). O Poeta fala dos «seus cantos molhados» – o que significa que se tratava já de um volume apreciável, cuja perda seria irreparável. O principal da obra estava feito. Mas o Poeta ainda a limou e é testemunha do facto o historiador Diogo do Couto, seu amigo, que em Moçambique o viu dedicado a essa tarefa (1568-1569).

De novo em Lisboa, em 1570, o Poeta deu-se pressa em arranjar forma de publicar o seu Poema e deve ter encontrado um interessado intercessor em D. Manuel de Portugal (6).

Em 23 de Setembro de 1571 a obra estava na impressão, conforme consta do alvará respectivo. No alvará que concede a Luís de Camões uma tença de 15\$000 réis pela publicação de *Os Lusíadas* (datado de 28 de Julho de 1572) diz-se que a mercê será dada por três anos, *a começar em doze de março deste ano presente de mil quinhentos setenta e dous em diante*. Esta tença foi dada pelo conhecimento que o rei tem do «engenho e habilidade» do Poeta e pela «suficiência que mostrou no livro que fez das cousas da Índia» (7). A data de 12 de Março de 1572 é uma data assinalável porque deve corresponder à do lançamento da obra.

PREFÁCIO

Como é que Camões, errante por tantas partes do Mundo, dependente, como soldado, das ordens de marcha que lhe impunham e de que naturalmente descansava a bordo dos navios em que embarcava, como pôde ele arrumar no seu cérebro tantos conhecimentos e servir-se deles por onde quer que andou?

Estamos mais bem informados acerca da sua despedida de amor, em Coimbra (*vão as serenas águas / do Mondego descendo ...*) do que dos seus estudos naquela cidade. Nem mesmo sabemos quando o Poeta saiu definitivamente de Coimbra. Mas se na 1.^a carta da Índia se queixa de, sem pecado que o obrigasse a três dias de Purgatório, ter passado (em Lisboa) três mil dias de más línguas, piores tenções, danadas vontades, nascidas de pura inveja de verem «*su amada yedra de si arrancada, y en otro muro asida*», podemos admitir que chegou a Lisboa por 1546. Camões deve ter assistido a certos conflitos de jurisdição entre os cônegos regentes de Santa Cruz e a Universidade, transferida de Lisboa para Coimbra. Impossível me é afirmar (porque a presença de Camões em Coimbra coincidiu com uma fase de transição) se Camões já foi ouvir o ensino «artístico» à Universidade ou se se manteve nos colégios de Santa Cruz, protegido por algum parente daquela congregação (8). É curioso que na narrativa ao rei de Melinde (III.97), falando das obras do rei D. Dinis, o Poeta escreveu:

*Fez primeiro em Coimbra exercitar-se
O valeroso ofício de Minerva
E de Helicon as Musas fez passar-se
A pisar do Mondego a fértil erva.
Quanto pode de Atenas desejar-se,
Tudo o soberbo Apolo aqui reserva,
Aqui as capelas dá tecidas de ouro,
Do bácaro e do sempre verde louro.*

É Vasco da Gama quem informa, mas a verdade é que nesse momento (em 1497-1498) a Universidade estava em Lisboa. Vasco da Gama transmite ao rei de Melinde uma impressão de Camões, que aproveitara com o estudo de Coimbra e com a reforma do ensino ali operada.

Os poetas lidos por Camões foram numerosos. Nem só Virgílio, nem só Homero, ainda que do primeiro teve um conhecimento profundo, que se revela no número de passos imitados, às vezes por forma bastante literal. Por exemplo:

PREFÁCIO

*Como isto disse, manda o consagrado
Filho de Maia à Terra, por que tenha
Um pacífico porto e sossegado,*

(II.56.1-3)

*Haec ait et Maia genitum demittit ab alto,
Ut terrae utque novae pateant Karthaginis arces
hospitio Teucris...*

(En., I.297-299)

Quando a mãe de Eneias interroga ansiosamente o Pai dos deuses sobre o futuro do filho, Júpiter «oscula libavit natae» e diz-lhe: «Parce metu, Cytherea, manent immota tuorum / fata tibi ...» (I.256-258). Em *Os Lusíadas* também Júpiter, ainda mais aceso de amor

*As lágrimas lhe alimpa, e acendido
Na face a beija e abraça o colo puro*

(II.42.5-6)

para lhe dizer

*... não temais
Perigo algum nos vossos Lusitanos*

(II.44.1-2)

No entanto, se Camões reconhece a suserania destes dois (V.94.7 e V.98.2), não desconheceu nem deixou de aproveitar outros: Ovídio, Horácio, Valério Flacco, Lucano, Claudiano e quantos mais ... Conhece-os *por dentro* e invoca-os com toda a precisão. A primeira vez que Eneias é invocado é o «Troiano». Em I.12.8 compara-o ao Gama; em II.45.5 lembra que o «piadoso» Eneias «navegou / de Cila e de Carídis o mar bravo»; em III.106.1-8 compara a tímida Maria implorando o favor do rei de Portugal a Vénus quando implora a Júpiter o favor para seu filho Eneias, navegando. Camões recorda mesmo a pele bovina (IX.23) que, cortada em tiras finíssimas, fez o perímetro de Cartago, por indústria de Vénus. E de Ovídio não tem apenas o conhecimento das *Metamorfoses*. No início da Elegia III dá-nos um belo retrato moral de Ovídio desterrado, em confronto com o seu caso pessoal:

*O Sulmonense Ovídio, desterrado
na aspereza do Ponto, imaginando
ver-se de seus parentes apartado;
sua cara mulher desamparando,
seus doces filhos, seu contentamento,
de sua pátria os olhos apartando;
não podendo encobrir o sentimento,
aos montes e às águas se queixava*

PREFÁCIO

de seu escuro e triste nascimento.

*O curso das estrelas contemplava,
como por sua ordem discorria
o céu, o ar e a terra adonde estava.*

*Os pexes pelo mar nadando via,
as feras pelo monte, procedendo
com o seu natural lhes permitia.*

*De sua fonte via estar nascendo
os saüdosos rios de cristal,
a sua natureza obedecendo.*

*Assi só, de seu próprio natural
apartado, se via em terra estranha,
a cuja triste dor não acha igual.*

*Só sua doce Musa o acompanhava,
nos versos saüdosos que escrevia
e lágrimas com que ali o campo banha.*

.....
E que leu dos prosadores? Plutarco, com certeza. Em grego? Conheceu a Bíblia. Dos geógrafos e naturalistas algum conhecimento teria. Pelo menos, cita-os em fiada:

*Eu sou aquele oculto e grande cabo
Que nunca a Ptolomeu, Pompónio, Estrabo,
Plínio, e quantos passaram, fui notório.*

Acerca de Plínio parece não haver dúvidas.

Da história geral também não estamos bem informados. Utilizou a *Enneades* ou *Rhapsodiae historiarum*, de Sabélico, volumoso tratado que foi parcialmente traduzido em português por D. Leonor de Noronha, «prima co-irmã do amigo e protector do poeta D. Francisco de Noronha, 2.º conde de Linhares» (9). Da tradução só são conhecidos os dois primeiros volumes, impressos em Coimbra (1.º, 1550; 2.º, 1553). A obra geral de Sabélico foi continuada por Paulo Jove e outros.

É notável a prontidão e a frequência com que o Poeta invoca *paralelos* para pôr em evidência os feitos dos Lusitanos ou os seus defeitos em relação a outros:

*Codro, por que o inimigo não vencesse,
Deixou antes vencer da morte a vida;
Régulo, por que a pátria não perdesse,
Quis mais a liberdade ver perdida.
Este, por que a Espanha não temesse,
A cativoiro eterno se convida!*

VIII

PREFÁCIO

*Codro, nem Cúrcio, ouvido por espanto,
Nem os Décios leais fizeram tanto.*

(IV.53.1-8)

*Não matou a quarta parte o forte Mário
Dos que morreram neste vencimento,
Quando as águas co sangue do adversário
Fez beber ao exército sedento;
Nem o Peno, asperíssimo contrário
Do romano poder, de nascimento,
Que tantos matou da ilustre Roma,
Que alqueires três de anéis dos mortos toma;
E se tu tantas almas só pudeste
Mandar ao Reino escuro do Cocito,
Quando a santa cidade desfizeste
Do povo pertinaz no antigo rito,
Permissão e vingança foi celeste
E não força de braço, ó nobre Títo,
Que assi dos vales foi profetizado,
E depois por JESU certificado.*

(III.116 e 117)

*Do pecado tiveram sempre a pena
Muitos que Deus o quis e permitiu:
Os que foram roubar a bela Helena,
E com Apio também Tarquino o viu;
Pois por quem David santo se condena?
Ou quem o tribo ilustre destruiu
De Benjamim? Bem claro no-lo ensina
Por Sarra Faraó, Siquém por Dina.*

*E, pois, se os peitos enfraquece
Um inconcesso amor desatinado,
Bem no filbo de Almena se parece
Quando em Ónfale andava transformado.
De Marco António a fama se escurece
Com ser tanto a Cleópatra afeiçoado.
Tu, também, Peno próspero, o sentiste,
Depois que ãa moça vil na Apúlia viste.*

(III.140 e 141)

Teve muita influência no Poeta o poema *Argonautica* de Valério Flacco e talvez o de Apolónio Ródio. A partida dos mercantes de Belém é associada à dos Mírias:

IX

PREFÁCIO

*"Foram de Emanuel remunerados,
Por que com mais amor se apercebessem,
E com palavras altas animados
Pera quantos trabalhos sucedessem.
Assi foram os Mínias ajuntados,
Pera que o Véu dourado combatessem,
Na fatídica nau, que ousou primeira
Tentar o mar Encínio, aventureira.*

(IV.83)

Os Portugueses são os «segundos Argonautas» (IX.64). Não faltam as referências ao *Veo* (=Velo) *dourado* (III.72 e IV.83), nem à «rica pele de Colcos» (V.28) (10).

A partida das naus de Belém suscita ao Poeta este símile:

*Elas prometem, vendo os mares largos,
De ser no Olimpo estrelas, como a de Argos*

(IV.85)

E efectivamente a constelação *Argo* figura, entre outras, nestes versos:

*Este, por sua indústria e engenho raro,
Num madeiro ajuntando outro madeiro,
Descobrir pôde a parte que faz clara
De Argos, da Hidra a luz, da Lebre e da Ara.*

(VIII.71)

Dos poetas estrangeiros não pode negar-se-lhe o conhecimento de Petrarca, Ariosto, Tasso, Sannazaro, Garcilaso, Boscán. Teve de munir-se de livros auxiliares de estudo, como as *Genealogiae deorum*, de Boccacio, o *Dictionarium poeticum*, de Tormentino, a *Officina*, de Ravisio Textor, os *Lectioinum antiquarum libri triginta*, de Célio Rhodigino.

Conhecia bem as lendas mitológicas e a história geral da Antiguidade, mas não é fácil determinar as suas fontes. Para além de Sabélico, que conheceu da história romana? Para a história geral dos tempos posteriores à queda do império romano ocidental – lembra Epifânio (11) –, valeu-se Camões dos trabalhos de vulgarização que já no seu tempo existiam, tais como: a *Historia rerum ubique gestarum*, de Eneas Silvio, o *Catalogus annorum et principum*, de Valerio Ryd, que chega até 1540, o *De vitis ac gestis summorum pontificum*, de Plátina, os *Commentariorum libri*, de Raffael Maffei de Volaterra, as *Historie del mondo*, de Tarchagnota. Os conhecimentos cosmográficos podem ter sido hauridos na enciclopédia que tem por título *Margarita*

PREFÁCIO

philosophica. A descrição do sistema do mundo ptolemaico foi extraída do *Tratado da Esfera*, de Pedro Nunes (1537). Storck, referindo-se aos conhecimentos de Camões, escreve: «Os seus conhecimentos filosóficos derivam, quanto a pormenores, na aparência, da leitura de Diógenes Laércio, Plutarco, Cícero, Valério Máximo, Aulo Gélio, Plínio Sénior e das Antologias. Encontram-se a miúdo reminiscências destes escritores em passagens camonianas ... Mas os autores clássicos que enumerei não são os únicos gregos e romanos que Camões manuseava frequentemente. As suas poesias são testemunho claro de como conhecia ditos e feitos de uma longa série de escritores ilustres: Homero, Aeliano, Xenofonte, Virgílio, Lucano, Ovídio, Horácio, Plauto, Lívio, Eutrópio, Justino, Ptolemeu e outros, ficando indecisa a questão se lia obras gregas no original.» (12)

Mas, antes de tudo, Camões teve de possuir portentosa memória, porque lhe seria difícil ter à mão ao mesmo tempo tantas obras. No naufrágio salva o Poema; mas, o material bibliográfico de que se servia? E não se esqueça o costume dos escolares de então de reunir alfabeticamente *sentenças e exemplos* em cadernos escolares que lhes serviam pela vida fora. Muitos livros práticos desta feição foram publicados na Europa.

Escusado seria dizer-se que Camões conheceu todas as crónicas do Reino, além das ultramarinas de Castanheda, Barros e Gaspar Correia (esta em manuscrito). Conversou com Diogo do Couto. Conheceu opúsculos de André de Resende, mormente o seu poema *Vincentius*. As crónicas ultramarinas deram-lhe o fio da história: a viagem do Gama; as crónicas do Reino deram-lhe a história poetizada do Reino e sobretudo os episódios com que realça a narrativa.

Muito se discutiu a legitimidade da intervenção dos deuses do Olimpo, mas nunca se explicou como é que o Poeta havia de deificar os Lusitanos sem que os próprios deuses intervissem na acção. Os Portugueses – ainda antes de Camões – sentiam-se verdadeiramente ufanos da descoberta de tudo o que não era Europa (um mundo imenso de que a Europa não tinha notícia) e colocavam as façanhas dos descobridores e conquistadores acima de tudo o que fora feito pelo mundo greco-romano. Alexandre, César e Trajano aparecem em *Os Lusíadas* como grandes monarcas ofuscados pelos Portugueses. Este dado é fundamental para se

PREFÁCIO

entender o que o Poeta quis fazer. Não basta afirmar-se que quis *exaltar* os Portugueses. É pouco. Quis deificá-los; quis fazer deles uma nova raça de deuses. Baco – magnífica aceitação por Camões dos direitos de Baco sobre a Índia – será o grande vencido – e após porfiada luta. Os direitos de Baco sobre a Índia vinham de longe. Arriano conta, a propósito da intenção de Alexandre de dominar os Árabes, que estes só adoravam dois deuses: o Céu e Baco. O Céu, porque, contendo os astros e o Sol, era causa dos maiores, mais visíveis e numerosos benefícios dos homens; Baco, por ter conquistado os Índios. (Baco submetera a Índia pela força das armas.) «Pois eu», afirmou Alexandre, «posso ser a sua terceira divindade, pois as minhas façanhas de modo algum são inferiores às do semideus (13).» Camões escolheu como inimigo dos Portugueses aquele mesmo que os Árabes tinham adorado. E o ódio de Baco aos Portugueses vem de saber que há-de ser destronado por eles. Todos os ardis postos em execução por Baco não atingem o seu objectivo. O último – ter aparecido em sonhos a um sacerdote maometano para indispor-lo contra os Portugueses (VIII.47-50) – precede a apoteose dos heróis. Baco desaparece obscuramente antes, sem deixar qualquer rasto da sua insatisfeita vingança.

Pensamos hoje que Baco não merecia tais honras, mas no tempo de Camões Baco era uma entidade muito importante. Barros, no princípio da *Ásia*, ao falar dos feitos dos Portugueses, diz que estes, além do mais, foram «despregar aquella divina & real badeira da milicia de Christo (que elles fundaram para esta guerra aos infieis) nas partes Orientaes da Asia, em meyo das infernaes mesquitas da Arabea, & Persia, & de todolos pagòdes da gentildade da India daquem, & dalem do Gange: partes onde (segundo escriptores Gregos & latinos) excepto a illustre Semirames, Bacho, & o grande Alexandre, ninguem ousou cometeras» (I, fol. 3).

Se Baco é o grande inimigo, Vénus é a grande e solícita companheira dos Lusitanos, seguida das suas Nereidas, não menos solícitas e prestantes. O oceano de Camões está coalhado de ninfas. São no Poema a encarnação da beleza pagã. Obedecem a Vénus e substituem-se no Poema às forças naturais, e com tão invisível traça que os Nautas só se darão conta da sua existência muito mais tarde, na Ilha dos Amores.

A presença de Vénus no sexto céu, queixando-se a Júpiter das insídias de Baco, a intervenção de Vénus e das suas Nereidas para

PREFÁCIO

impedir a entrada das naus em Mombaça, onde seriam destruídas, a sedução dos Ventos para os impedir de prosseguirem a tempestade são trechos de uma beleza formal insuperável, em que a pena do Poeta atinge a visualização de um verdadeiro pintor. Com que simplicidade o Poeta une a realidade e o mito nestes versos:

*Destarte despedida a forte armada
As ondas de Anfitriote dividia,
Das filhas de Nereu acompanhadas,
Fiel, alegre e doce companhia ...*

(I.96.1-4)

Um mundo familiar, a facilitar a empresa dos nautas!

Com a Ilha dos Amores Camões atinge o clímax da voluptuosidade pagã. Creio não ser preciso subtilizar a exegese para converter o deleite carnal em gozo filosófico. Vénus não é Platão! A Ilha é levada por Vénus ao encontro dos mareantes, os «segundos Argonautas», para que estes possam «refocilar a lassa humanidade» (IX.20) porque a deusa quer

*... que haja no reino neptunino
(onde nasceu) progénie forte e bela*

(IX.42.1-2)

Só é possível dar origem a novos seres pela geração. Uma raça valorosa vai nascer deste conúbio entre os fortes barões e as nereidas. Sou dos que pensam que o Poeta, no seu regresso à Pátria, foi convidado pela censura a dar um sentido espiritual (as «deleitosas honras») às delícias carnavais da Ilha de Vénus. A verdade, porém, é que no Poema tudo toma um ar esponsalício:

*As mãos alvas lbe davam como esposas;
Com palavras formais e estipulantes
Se prometem eterna companhia
Em vida e morte, de honra e alegria.*

(IX-84.5-8)

Ainda não aparecera a alegoria.

O mito não se corrompe pelo facto de o Poeta ter sublimado a carnalidade do episódio, como não se corrompe o sentido da palavra «amante» pelo facto de se tratar de uma união sensível:

*Quando as fermosas ninfas cos amantes
Pela mão, já conformes e contentes,
Subiam pera os paços radiantes ...*

(X.2.1-3)

*Ali em cadeiras ricas, cristalinas,
Se assentam dous e dous, amante e dama;*

XIII

PREFÁCIO

(X.3.1-2)

O mundo antigo continuava-se na gente lusitana!
E não esqueçamos que ao despedirem-se da Ilha de Vénus os
nautas, entre eles os já nossos conhecidos Veloso e Leonardo

*Levam a companhia desejada
Das ninfas, que hão de ter eternamente,
Por mais tempo que o sol o mundo aquente.*

(X.143.64)

O eixo do Poema é evidentemente a viagem do Gama, mas *Os Lusíadas* não são a viagem do Gama. *Os Lusíadas* são todos os seus reis, todos os seus heróis, todos os seus gloriosos barões. Ora o Gama, na sua notícia ao rei de Melinde, só poderia dar conta dos que enobreceram a Nação até aquele momento em que fazia a sua exposição ao rei de Melinde, começando naturalmente pelos reis e pelos que estiveram mais próximos dos reis. Foi uma narrativa poetizada da história antiga de Portugal, a começar em Luso e a acabar em 1497, com D. Manuel! Ficariam esquecidos muitos «barões». Tal como Virgílio, Camões aproveitará os rogos de Vénus a Júpiter, a favor do *seu* Eneias, para que o pai dos deuses possa predizer alguns feitos heróicos (II.44-54); virá depois o Adamastor, também dotado de terrífico dom profético e que anunciará ao Gama e seus companheiros a morte de Bartolomeu Dias (1500), de D. Francisco de Almeida (1510) e o naufrágio de Manuel de Sousa Sepúlveda (1552). Em Calecute, o Catual ouvirá de Paulo da Gama as explicações acerca das figuras que estão pintadas nas bandeiras das naus. Aqui não se trata de predições; e é curioso acentuar que, começando nos fabulosos Luso e Ulisses, como antepassados dos Portugueses, se estenderá até os condes D. Pedro e D. Duarte de Meneses, fronteiros de Ceuta, ficando incluídas na descrição uma série de figuras medievais. Mais tarde, uma ninfa vai vaticinar os feitos futuros dos Portugueses, particularmente dos heróis e governadores da Índia (até D. João de Castro e seus filhos). Com a descrição do orbe terrestre, especialmente as terras de África e da Ásia que os Portugueses virão a possuir, ficam nomeados todos os grandes ilustres e os lugares que foram teatro de seus feitos. São estes *Os Lusíadas*.

Georg Weise, professor emérito de Tubinga, publicou em 1965, em Itália, *L'ideale eroico del Rinascimento – Diffusione europea e tramonto*, em dois volumes. Neste excelente livro não se pronuncia o nome de Camões. Mas não nos devemos considerar afligidos por isso, porque

PREFÁCIO

os Espanhóis também lá não estão. O mesmo acontece no livro de Robert M. Durling, professor da Cornell University, intitulado *The Figure of the Poet in Renaissance Epic*, 1965 (14). Camões é tardio em relação ao que costuma considerar-se como «Renascimento» e que Weise adopta: «Ne consegue che di Rinascimento si suole parlare soltanto a partire dal passaggio al secolo XV» (II.1). O poema de Camões veio à luz em 1572! No entanto, parece-nos que «a raça forte e bela» que Vénus deseja procriar (míticamente, embora) se ajusta a esse ideal «heróico» que Weise formula: «... mi sembra sia da considerarsi, già nel Petrarca, l'aspirazione ad innalzare a un livello semidivino gli uomini e le gesta dell'antichità, a prenderli come modello di una idealizzazione croiccheggiante, conferira persino alle persone del proprio tempo» (II.5-6). Camões quer que os Portugueses se tornem divinos não só pela fortaleza de ânimo, mas pelo exercício das mais altas virtudes. Não só pela coragem física, diante do inimigo

*... com forçar o rosto que se enfia,
A parecer seguro, ledó, inteiro
Pera o pelouro ardente, que assovia
E leva a perna ou braço ao companheiro*

(VI.98.1-4)

mas pela «lealdade firme e obediência» (V.72) para com o rei:

*Olhai que ledos vão por várias vias,
Quais rompantes lões e bravos touros,
Dando os corpos a fome e vigias,
A ferro, a fogo, a setas e pelouros,
A quentes regiões, a plagas frias,
A golpes de Idolatras e de Mouros,
A perigos incógnitos do mundo,
A naufrágios, a pexes, ao profundo,*

*Por vos servir a tudo aparelhados,
De vós tão longe sempre obedientes
A quaisquer vossos ásperos mandados,
Sem dar reposta, prontos e contentes.*

(X.147-148)

E já o Gama dissera ao rei de Melinde:

*Grandemente por certo estão provados,
Pois que nenhum trabalho grande os tira
Daquela portuguesa alta excelência
De lealdade firme e obediência.*

(V.72.5-8)

PREFÁCIO

Por esta via tomarão lugar no Olimpo estelante, empalidecendo o fulgor de

*Júpiter, Mercúrio, Febo, e Marte,
Eneias e Quirino e os dous Tebanos,
Ceres, Palas e Juno com Diana.*

Os *Lusíadas* estão destinados a substituir a fama dos Antigos, porque as suas proezas os excedem. O culto da Antiguidade não cega o Poeta ao ponto de lhes sotopor os feitos dos Portugueses como pedestal dos heróis mediterrâneos:

*Que se o facundo Ulisses escapou
De ser na Ogígia ilha eterno escravo,
E se Antenor os seios penetrou
Ilíricos e a fonte de Timavo;
E se o piadoso Eneas navegou
De Cila e Caribdis o mar bravo,
Os vossos, mores cousas atentando,
Novos mundos ao mundo irão mostrando.*

«E tudo sem mentir, puras verdades.»

II

A Edição «Princeps»

Para compreensão do que se segue fixe-se desde já que designamos por *A* a edição que apresenta o pelicano com o colo para a nossa esquerda, e por *B* a que apresenta o pelicano com o colo para a nossa direita. A edição *A* também pode ser designada por *Ee* (em lembrança do penúltimo verso da 1.^a estância do poema que em *A* é *E entre gente remota edificarão*) e a edição *B* por *E* (em virtude de o mesmo verso ser só *Entre gente remota edificaram*). Portanto, *A=Ee* e *B=E*.

Há séculos que se discute o problema das duas edições de 1572. Faria e Sousa, na segunda vida que escreveu de Camões e que

XVI

PREFÁCIO

paradoxalmente se encontra à frente de *alguns* exemplares das *Rimas Várias* (não de todos), diz no n.º 27 o seguinte: «Aviendo, pues, llegado el P. a Lisboa el año de 1569 el de 1572 publicó por medio de la Estampa su *Lusiada*, avendosele concedido privilegio Real en 4 de Setiembre de 1571. Dió con el un gran estallido en todos los oídos, y un resplendor grande a todos los ojos màs capaces de Europa. El gasto desta impression fue de manera, que el mismo año se hizo otra, Cosa que aconteció rara vez en el Mundo; en Portugal e ninguna más de esta. Y porque esto ha de parecer nuevo, y no fácil de creer, yo asseguro que lo he examinado bien las mismas dós ediciones que yo tengo; por diferencias de caracteres; de ortografia; de erratas que ay en la primera, y se ven emêdadas en la segunda; y de algunas palabras con que mejoró lo dicho.»

Portanto, em 1685 havia *duas* edições diferentes de 1572: a difusão da obra tinha sido tão grande que o editor se lançara ao empreendimento de uma nova tiragem, *melhorada*.

Mas nas suas *Lusiadas comentadas* (1639), em comentário à est. 21 do Canto IX (col. 31), Faria e Sousa diz isto: «Es verdad que en la primera impression deste Poema, a la qual yo llamo original (como diz Correa) falta el *madre* [trata-se do célebre verso *Da mãy primeyra co'o terreno seyo*]. Dirán agora los escrupulosos; con que autoridad se le añadió despues? Yo no sè quin lo hizo, pero sè que está bien hecho: i assi presumo que la segunda impression se bolviò a hazer por el manuscrito del Poeta, o por alguno de los impressos enmendados por ele, no solamente en este lugar, sino en otros muchos en que avia sobra, i falta de palabras evidête. Lo mismo sucedió a la impression de las *Rimas*, que la primera vez truxeron muchas cosas diferentes del manuscrito del Poeta, i en la segunda salieron muy mejoradas. Però viniendo a los yerros deste Poema, cometidos en la estampa por falta, o sobra de palavras, harè alguna observacion para que se vea claro, que pudo salir esta enmienda de donde salieron las otras no menos acertadas que ella. Empecemos por las sobras. En la est. 54 del c. 2 dezia; *Idololatra* por *Idolatra* en la 56, *de Maria*, por *de Maia*. En la 53 del c. 5 dezia un verso, *Como fosse cousa impossibil alcançala*, por *Como possibil alcâçala*; en la 38 del c. 6, *Eolo*, por *Eoo*. En la 30 del 8, *Que lhe dizem que lhe falta*: por *que lhe dizem que falta* i en la 32 (de 8), *Capitam*, por *Cipiam*. Las faltas, que es exemplo que hazo màs a mi proposito. En la 75 del c. 1, *E Romano*, por *e co'o Romano*; en la 89, *Nos bateis fogo*, por *nos bateis o fogo*. En la 17 del cãt. 2, *e nesta*, por

PREFÁCIO

e com esta. En la 103, *Que de Luso*, por *que os de Luso*; en la 95 del 3, *Liberdade*, por *liberalidade*; en la 70 del 7, *Rio Tejo*, por *rico Tejo*. En la 11 del 8, *No Estigio jura a fama*, por *no Estigio lago jura*, etc., faltando *el lago*, que deviô añadirse por el original(1) i yo le añado, conformandome con el verso 1 de la estanc. 40 del câ. 4 y es falta pontualmente, como esta del *madre* aqui. i no ay duda que este *madre* se añadió por el mismo original que se añadieron, o quitaron essas palabras, i otras que omito(2): dexando a parte las introduzidos por otras, como en la est. 34 del c. 3, *trabalha*, por *batalha*; i en la 65, *serras della*, por *senhor della*; i en la 41 del 6, *nam fosse*, por *nam sofre*; en la 30 deste [IX], *ondas*, por *obras*: & otras ... »

Esta enorme e enredada transcrição não pode deixar de apresentar-se ao leitor como um indecifrável quebra-cabeças. Refere-se a falta e sobra de palavras nos versos, mas onde? Tivemos algum trabalho, mas encontrámos tudo o que pretendíamos: trata-se de *emendas*, ou de Manuel Correia (1613) ou da edição B (=E).

De Manuel Correia, Faria e Sousa registou as seguintes emendas:

	<i>Que en co grão Macedonio, & co Romano,</i>	(I.75)
em vez de:	<i>Quen co gram Macedonio, & Romano,</i>	(Ed. A)
	<i>Levando o Idolatra & o Mouro preso</i>	(II.54)
em vez de:	<i>Levando o Idololatra, & o Mouro preso</i>	(Ed. A)
	<i>Sentio o a villa, & vio o senhor della</i>	(III.65)
em vez de:	<i>Sentio o a Villa, & vio a serra della</i>	(Ed. A)
	<i>E com esta treição determinavão,</i>	(II.17)
em vez de:	<i>E nesta treição determinavam</i>	(Ed. A)

Da edição B, Faria e Sousa regista:

...manda o consagrado
Filbo de Maria aa terra, porque tenha

PREFÁCIO

		(II.56)
em vez de:	<i>Filho de Maia aa terra porque tenba</i>	(Ed. A)
	<i>Como fosse cousa impossibil alcançalla</i>	(V.53)
em vez de:	<i>Como fosse impossibil alcançalla</i>	(Ed. A)
	<i>Do Eolo Emisperio está remota</i>	(VI.38)
em vez de:	<i>Do Eoo Emisperio está remota</i>	(Ed. A)
	<i>Que lbe dizem que lbe falta resistencia</i>	(VIII.30)
em vez de:	<i>Que lbe dizem que falta resistência</i>	(Ed. A)
	<i>Portugues Capitam chamar se deve.</i>	(VIII-32)
em vez de:	<i>Português Cipião chamar se deve</i>	(Ed. A)
	<i>Eis nos bateis fogo se levanta</i>	(I.89)
em vez de:	<i>Eis nos bateis o fogo se levanta</i>	(Ed. A)
	<i>O menos que de Luso mereceram</i>	(II-103)
em vez de:	<i>O menos que os de Luso merecerão</i>	(Ed. A)
	<i>Da liberdade alexandrina</i>	(III.96)
em vez de:	<i>Da liberalidade alexandrina</i>	(Ed. A)
	<i>Do rio Tejo, & fresca Goadiana,</i>	(VII.70)
em vez de:		

XIX

PREFÁCIO

	<i>Do rico Tejo, & fresca Goadiana,</i>	(Ed. A)
	<i>Por quem no Estigio jura a fama</i>	(VIII.11)
em vez de:	<i>Por quem no Estigio lago jura a fama</i>	(Ed. A)
	<i>Em trabalho cruel, o peito humano,</i>	(III.34)
em vez de:	<i>Em batalha cruel, o peito humano,</i>	(Ed. A)
	<i>Nam fosse amores, nem delicadeza</i>	(VI.41)
em vez de:	<i>Não soffre amores, nem delicadeza</i>	(Ed. A)
	<i>Estão em varias ondas trabalhando</i>	(I.30)
em vez de:	<i>Estão em varias obras trabalhando</i>	(Ed. A)

Todas estas emendas são da edição B (colo do pelicano para a direita). Apesar de ser esta, para o Morgado de Mateus, a edição *princeps*, nenhuma das emendas citadas passou para o seu texto! As lições adaptadas foram as lições de A – o nosso verdadeiro texto *princeps*.

O Sr. Dr. Francisco Dias Agudo, que ultimamente se tem ocupado deste assunto e ainda agora publicou uma brochura com o título expressivo de *A Edição d'Os Lusíadas de 1572*, diz o seguinte: «A palavra *QUE*, mudada em *QUT*, figura tanto em 1P (colo do pelicano para a direita) como em 3P (p. 178 v.º, est. 108, verso 8) e é inicial de um verso. Nós consideramos francamente improvável repetir por cópia aquele *t*, autêntica espada de guerra ofensiva da nossa inteligência. Esta não admite que, finda uma edição e destruído este tropeço, ele seja restaurado na edição seguinte. A palavra *profundo*, mudada em *profundo* do mesmo modo figura em 1P e 3P (p. 185, est. 147, verso 8) e é final de um verso.»

Devo dizer que o Sr. Dr. Dias Agudo foi muito moderado na escolha dos seus exemplos. Poderia oferecer aos seus leitores um

PREFÁCIO

pradrupedante, X.72 (assim em *A* e *B*); um *Vam*, IX.62 por *Tam* (em *A* e *B*); poderia oferecer-lhe o caso de palavra começada em princípio de verso por minúscula em *A* e *B* (*nuas*, IX.66). Poderia oferecer uma estância mal revista em *A* e fielmente copiada em *B*:

*Pois a tapeçaria bella & fina,
Com que se cobre a rustico terreno,
Faz ser a de Achemenia menos dina:
Mas o sombrio valle mais ameno:
Ali a cabeça o flor Cyfisia inclina,
Sobollo tanque lucido & sereno,
Florece o filho & neto de Cyniras,
Por quem tu Deosa Paphia inda suspiras.*

(IX.60)

Infelizmente o tipógrafo nem sempre se lembrou de que a sua obrigação era copiar o que lia; se o tivesse feito, a edição *B* teria saído igual a *A* e nós poderíamos servir-nos dela com confiança. Em X.6 o compositor de *B* dá-nos uma *Minfa* por *Nimpha* (na edição *A* *Ninfa*). Sendo *peixe* forma sistemática em Camões, o compositor de *B* traiu-se com a forma *peixe* em I.42 e IV.90. Para diante reabilitou-se: ou ele ou outro mais atilado! Camões escreveu sempre *apousentar* (3); mas em *B*, IV.60, figura *aposenton*! E que fazemos a *cilado* (I.80) por *cilada* (em *A*), a *Neptonino* (IX.42) por *Neptunino* (em *A*), a *Maurilano* (VIII.20) por *Mauritano*, a *perjuro* (VIII.34) por *perjurio* (em *A*), a *tom* (IX.17) por *tam* (em *A*), a *horendo* (X.43) por *horrendo*? O compositor de *B* foi um operário desatento. Não têm limite as diferenças que estabeleceu com o texto de *A*. Vejamos mais alguns exemplos:

1) Começaram a seguir sua longa rota

(I.29)

em vez de:

Tornarão a seguir sua longa rota

(Ed. *A*)

2) Quando as fingidas gentes se chegarão

(II.1)

em vez de:

Quando as infidas gentes se chegarão

(Ed. *A*)

3) Como já o forte Huno o foy primeiro

(IV.24)

em vez de:

Como já o fero Huno o foy primeiro

PREFÁCIO

		(Ed. A)
	4) <i>Se quem com tanto esforço em Deas se atreve</i>	(VIII.32)
em vez de:	<i>Se quem com tanto esforço em Deos se atreve</i>	(Ed. A)
	5) <i>Que as almâdias todas lhe tolhia</i>	(VIII.84)
em vez de:	<i>Que as almâdias todas lhe tolhia</i>	(Ed. A)
	6) <i>Os mouros de Marrocos e Trudante</i>	(X.156)
em vez de:	<i>Os muros de Marrocos e Trudante</i>	(Ed. A)
	7) <i>Lhe andar armada, que por em ventura</i>	(VIII.90)
em vez de:	<i>Lhe andar armando, que por em ventura</i>	(Ed. A)
	8) <i>Pera lhe descobrir da vinda esphera</i>	(IX.86)
em vez de:	<i>Pera lhe descobrir da unida esphera</i>	(Ed. A)
	9) <i>Cantando a bella Deosa, que viriam</i>	(X.10)
em vez de:	<i>Cantava a bella Deosa, que virião</i>	(Ed. A)
	10) <i>Todos farás ao Luso obedientes</i>	(X.44)
em vez de:	<i>Todos farás ao Luso obedientes</i>	(Ed. A)
	11) <i>De seres de Candace e Sobá ninho</i>	(X.52)
em vez de:	<i>De seres de Candace e Sabâ ninho</i>	(Ed. A)
	12) <i>Mas alembrote hũa yra que o condena</i>	

PREFÁCIO

		(X.45)
em vez de:	<i>Mas alembroulhe hũa yra que o condena</i>	(Ed. A)
	13) <i>Baticalá, que virà ja de Beadala</i>	(X.66)
em vez de:	<i>Baticalá, que virà ja Beadala</i>	(Ed. A)
	14) Este erro grave: <i>Responde lhe do ramo Philomena (a rimar com bella e gazella)</i>	(IX.63)
em vez de:	<i>Responde lhe do ramo Philomela</i>	(Ed. A)
	15) <i>Qual ferida lha tinha ja Eiricina</i>	(IX.66)
em vez de:	<i>Qual ferida lha tinha ja Ericina</i>	(Ed. A)
	16) <i>Que o mundo encobre aos homes imprudēt s</i>	(IX.69)
em vez de:	<i>Que o mundo encobre aos homēs imprudētes</i>	(Ed. A)
	17) <i>Por feitos mortais & soberanos</i>	(IX.91)
em vez de:	<i>Por feitos imortais & soberanos</i>	(Ed. A)
	18) <i>Dividos os fizeram, sendo humanos</i>	(IX.91)
em vez de:	<i>Divinos os fizeram, sendo humanos</i>	(Ed. A)
	19) <i>De sangue o tingirá no andar sublime</i>	(X.17)
em vez de:	<i>De sangue o tingirá no andor sublime</i>	(Ed. A)

PREFÁCIO

20) *Sabia bem que se com fe formoda*

(X.112)

em vez de:

Sabia bem que se com fe formada

(Ed. A)

Até nas cabeças de página se revelou o dedo do contrafactor: na edição A a cabeça CANTO QUINTO transitou para o canto sexto nos fólhos 97 r. e 103 r.; na ed. B encontra-se CANTO QUINTO nos fólhos 97 r., 99 r., 100 r. e 103 r! Não se pode conceber mistificação mais grosseira . . .(4)

Infelizmente o Morgado de Mateus, que há pouco vimos tão prudente, colheu para a sua edição *princeps* (lição B) os exemplos de 1, 2, 3, 6, 7 e 9 dessa mesma lição, acabados de citar. Sem dúvida, os piores!

Depois desta análise, que ainda poderia ser mais minuciosa (basta considerar na lição B o verso de III.113 «Os feridos com grita ao Ceo feriam» que na lição A é «Os feridos com grita o Ceo ferião»), não podemos admitir a tese de que em 1572 saiu da oficina de António Gonçalves uma, e só uma, edição do famoso Poema *Os Lusíadas*, se por tal se entender os exemplares da edição A e da edição B. Isto significa que não vemos razão para rejeitarmos as conclusões de Tito de Noronha, que, já em 1880, estabeleceu a existência de uma contrafacção, elaborada na oficina de Andrés Lobato, a seguir à impressão da vergonhosa edição *dos piscos* (1584) (5). E não falamos do alvará e das características da data, nem do tipo usado na composição do parecer do censor. Não falamos da ortografia, nem das desinências verbais, nem da pontuação. Isso poderá ser objecto de um estudo especial.

A convicção, em que por muito tempo se esteve, de que a edição B é que era a *princeps* teve desastrosas consequências. A edição do Morgado de Mateus é o caso mais retumbante de erro na opção; e se mais grave se não tornou esse erro é que o, aliás benemérito, autor da edição se serviu largamente da edição A, a verdadeira *princeps*, então conhecida como 2.^a edição. José do Canto, na sua colecção camoniana, fala do assunto perfeitamente às avessas, admitindo a edição B como *princeps*. Teófilo Braga, na sua edição fotolitografada de *Os Lusíadas*, feita por ocasião do jubileu nacional do quarto centenário do descobrimento marítimo para a Índia(6), leva o caso

PREFÁCIO

ao ponto mais alto da confusão. Diz ele: «Prova-se que a segunda, de 1572, que tem na portada a cabeça do pelicano voltada para a esquerda é que é a autêntica, impressa sob as vistas do Poeta; e que a outra foi uma reprodução intencional para escapar às delongas da censura, e restaurar o texto deturpado na edição de 1584, designada pelo nome de Piscos.» Pois, apesar desta advertência tão clara, Teófilo Braga reproduziu a lição *B* (colo do pelicano para a direita)!

Creio que fica suficientemente estabelecido que só a edição *A* saiu em 1572; e que a edição *B* é uma contrafacção intencional, justificado pela inexistência de exemplares da edição *A* e que deve ter vindo à luz, discretamente, em 1584 ou 1585, uma vez terminada a impressão da desastrosa edição *dos piscos* (1584). Que tenha sido feita por Lobato, como pretendeu Tito de Noronha, ou que tenha sido Manuel de Lira o patriótico impressor da edição apócrifa, conforme mais tarde concluiu Eleutério Cerdeira⁽⁷⁾, o certo é que *A* e *B* são inconfundíveis: *A*, a edição que Camões viu, e *B*, a que ele já não pôde ver.

III

O Nosso Texto

Teria sido impossível, por escrúpulo de exactidão, elaborar uma edição de *Os Lusíadas* com a pontuação e a ortografia que Camões adoptou ou deixou adoptar no seu Poema. Para se ter uma ideia da forma como o Poeta escreveu e pontuou existem as edições fac-similadas. Para o público não podemos pensar numa edição desta natureza. Quisemos, no entanto, dar-lhe uma edição fiel, em que se respire um ar camoniano e isso só se consegue evitando dar ao Poeta uma linguagem que não era a sua nem a do seu tempo: se ele só conheceu a forma *despois*, não há que impor-lhe a forma *depois*. Em segundo lugar, evitando a incongruência, registando num lado o que se rejeita noutro, por causa da rima; em terceiro lugar, evitando pôr na mente do Poeta uma preocupação etimologizante, que ele

XXV

PREFÁCIO

não teve. A edição nacional elaborada por José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira (EN) não se preocupou em modernizar para além de Camões e escreveu, por exemplo:

Naquele por quem morro ...

(III.129)

forma que Camões não conheceu nem na épica, nem na lírica. É curioso, porém, que aqueles autores não modernizaram a forma correspondente do conjuntivo:

mas moura, enfim, nas mãos das brutas gentes

(II.41)

Eis um caso de incoerência nítida.

PREFÁCIO

Camões escreveu sempre (com uma só excepção) *inico* e *inica*. E quando uma vez escreveu *iniqua* fê-lo dando a *qu* o valor de *c* e pronunciando, portanto, *inica*. Não é este o caso de EN. Onde o Poeta escreveu

O Regedor daquela inica terra
(I.94)

ou

Do padastro e da inica mãy levava
(III-33)

escreveram os editores de EN:

O Regedor daquela iniqua terra

ou

Do padraστο e da iniqua mãe levava

Mas em posição de rima não se esqueceram, evidentemente, da forma camoniana:

Assim Vénus propôs; e o filho inico
(IX.43)

a rimar com *rico* e *impudico*.

O caso do grupo *-sc-* (verbos latinos em *-scere*) é mais delicado. O Poeta escreveu algumas vezes *nascere* e *crescere* (só uma vez em *crescendo*, VIII.72). Em caso algum escreveu *descere* e *pascere* (mas *decer* e *pacer*). Mas a prova de que mesmo escrevendo *nascere* o Poeta pronunciava *nacer* está em que rimava *nascere* com *decer* (II.19). Ora em EN fez-se rimar *nascen* com *desceu* e ilógicamente *nace* com *pace*!

Antes de *c* (*ce* ou *ci*) o som surdo *x* do *s* tinha desaparecido por completo, ainda que o representassem por vezes na escrita.

Temos, por exemplo, o *lascivo* de Camões que está representado com *s* em

No ar lascivos beijos dando
(IX.24)

ou

Mas cũa escrava vil, lasciva e escura
(X.47)

mas sem *s* em

Sendo das mãos lacivas mal tratada
(III.134)

Em EN encontra-se, já se sabe, *lascivas*. O mesmo com *ressuscitar*, que em EN está por *resucitar* (*resucitassem*, *resucite*).

PREFÁCIO

Em Camões a forma *dino*, *dina* é muito mais frequente do que a forma *digno*, *digna*. Nenhuma influência esta escrita tinha na pronúncia, porque *digno* aparece a rimar com *crystalino* e *divino*; mas, embora a forma *dino* apareça mesmo no princípio ou meio do verso, em EN foi substituída por *digno*:

O caso triste, e digno da memoria
(III.118)

Outro caso de modernização grave é o tratamento do prefixo *sub*, que não existe em *submeter* nem em *subjugar* (*subjugada* em IV.61).

Camões não escreveu

Tanto poder que tudo submetesse
(I.75)

como está em EN, mas

Tanto poder que tudo sometesse

A EN chega a juntar as duas modernizações na mesma estância

A estas nobres vilas submetidas
(III.56)

e

Subjuga a fria Sintra o duro braço
(III.56)

quando Camões escreveu

A estas nobres vilas sometidas

e

Sojuga a fria Sintra o duro braço

O Brasil acaba de prestar uma justa homenagem ao douto comentador de *Os Lusíadas* Augusto Epifânio da Silva Dias, publicando em edição fac-similada a segunda edição, de 1916-1918.

Epifânio não seguiu a ortografia oficial, mas a que se usava antes da reforma da ortografia de 1911. As suas divergências com a edição *princeps* são muito maiores do que pode imaginar-se. Camões nunca escreveu *damno*, *phantasia*, *accender*, *acceso*, *prophetizado*, *crystal*, *crystallino*, *blasphemo*, *deshonesto*, *deshonrado*, *columnas*. Se alguma vez escreveu *triumphar*, *triumpho*, *tropheo*, *socceder*, *oceano*, também escreveu *triumfar* (sic), *trofeo*, *soceder* ou *suceder*, *oceano*. Uma vez a ortografia de Epifânio coincide com a do Poeta, como em *cabello*, *capella*, *prompto* (em VIII.55 o Poeta escreveu *pronta*), *offender*, *offerecer*, *officio*, *bellico*, *belleza*, *bello*, mas outras não: o Poeta escreve em geral *belicoso*, *belacissimo*, *beligero*, *calada*, *Caliope*, *Calipso*, *Calisto*, *calo*, *Apolo*, *Baco*, *cítara*, *Prometeo*.

O nosso texto mantém as seguintes formas de Camões:

PREFÁCIO

Abaxar, abaxo (e abaixo), acrescentar, acudir (acude, imperativo), afeito, afeitar-se, agradecer (e agradecer), álemo, algũa, Alanquer, Alexandro, alfêrezes, amoesta, antão (e então), antre (e entre), Antártico, apacentar, apousentar, apousento, artelharia, assi, assoviar, aspeito, aventajar, avorrecido;

Bautizado (e baptizado), baxo/a e baixo, benino (e benigno), bívoras, bocijando;

Cási, ceptro, cereija, contino, contrairo, Costantino, cousa, crescer, crescimento, colûna;

Dantre, debaxo (e debaixo), decer, desemparo, desemparar, depois, dino/a, dões (pl. de dom), dous, doudo;

Embaxador (e embaixador), embaxada (e embaixada), emparo, ennobrecer, enveja, escuitar, estâmagô, experimentar (II.104) (1), exprimentar (III.85), extremo, estê, esteis (formas do v. estar), estruí (v. estruir);

Federico, feroso/a, ferosura, ferosíssima, florecente, florecer, Frandes, fruito e fruto, fuge (imperativo de fugir);

Giolbas (geolhos), grandiloco/a;

Horrisono/a;

Imigo (e inimigo), impidas, indino, indinado, ingrês (e inglês), inico;

Jocundo/a;

Lianor, lião, lionês, longinco (e longico), Lãa;

Mártire, masto, mi, milhor, mortindade, mouro (morro), moura (morra);

Nacer, nenbûa, noda, noute;

Orfindade, oucioso (e occioso), ouliveira;

Pacer, pêntem, Perinen, perclaro, perguntar, perla, pexe, piadoso/a (e piedoso/a), pranta, prantar, pruma, produze, pubricar, púbrico (e público) (2), preminente, preminência;

Quási;

Razão (só num caso empregou reção), recrecer, relâmpado, reluze, reposta, reprender, represária, ressucitar, revelde;

Saluçô, samear (e semear), sanguino, sembrante, sigue-me, simpres, sinos (por signos), somnolento, someter, sojugar, subjeito, superfície, sutil, sutileza, sutilmente;

Tarquino, tarçado, Tavila, trasunto, terrestre, tornêu, tredores, treição, trédoros;

Ũa;

Valeroso/a, val (por vale), voudas.

Devíamos ter conservado a forma *exos* (*eixos*), representada uma só vez n'Os *Lusiadas* (VI.84.7).

PREFÁCIO

Rejeitamos formas como as seguintes:

Accidentes, adquirir, artefício, artilberia, Balduino, cerimonia, dereito, desposto, deligencia, dezia (a forma *dizia* também é camoniana), *dirivar, eccessivo, eccelencia, embarçado, encenso, esperiencia, esprimentar, extremo* (adj.), *humicidas, hypocresia, iazmim, insinar, mesturar, mezuinha, menbã, mintiroso, misilhões, oceano, opremido, otono, pilouro, porpurea, prompto/s, rezão, sancto/a, septima, soccedeo, soccedessem, Suamquém, succedido* (ao lado das formas modernas), *temido* (por *tímido*), *tremolar, vertude, vezinhança, victorioso*. Outras se encontrarão do mesmo género.

Na normalização da ortografia tivemos de eliminar formas como *sciencia, sciente*, mas n'Os *Lusíadas* existem as formas modernas *ciencia* e *ciente*. O mesmo sucedeu a *Scipião, Scítia*, etc.

Não adoptámos as formas *geanalosia* (que tem, aliás, exemplo literário) e *sururgião*. Admitimos as formas correctas *genealogia* e *cirurgião*. Entendemos que foi desastre do compositor a forma *pradrupedante* (X.72.4) e que *horrissimo* (II.96.6) é erro por *horrisono*, que aparece logo em II.100. Conservámos um erro irreformável porque deve tratar-se de um deslize do Poeta: *venerando* em VII.77.4, a rimar com *Mauritano* e *humano*. Alguns têm posto *soberano* em lugar de *venerando*. Também em II.100.5, a edição *princeps* tem *bramando*, que está evidentemente por *bramavam*:

As bombardas horrisonas bramavam

Em X.88 *turbulento* é apenas rima assonante.

Em X.128, *molbados* e *escapados* rimam com *executado*. É um caso de rima imperfeita que, naquele caso, não deve ser alterada.

Em VI.5, houve lapso do Poeta, que escreveu duas vezes *camarões* numa enumeração. Uns substituem por *briguigões* (FS) outros por *birbigões* (MC).

Conservámos todas as formas em *-bil*: *abominábil, afábil, inexpugnábil, impossibil, insensibil, insofribil (insufribil), invisibil, terribil, imóbil, implacábil, incansábil, instábil, invencibil, possibil, vendibil, visibil, volúbil*. Deste grupo só *abominábil* apresenta uma vez a forma moderna (VII.47.5).

Mantiveram-se, principalmente no plural, os representantes latinos de *-ax, -ix* e *-ox*: *andace, atroce, felice, feroce, fugace, sequace, veloce, pertinace, rapace, tenace*.

Na EN escreveu-se

Mui velozes, estreitas e compridas

XXX

PREFÁCIO

(I.46)

e

Sabendo ser sequazes da verdade

(I.71)

Em outros lugares manteve-se a forma directamente derivada do latim.

Camões escreve frequentemente *desta arte* e *destarte*. Se lermos com hiato erramos a medida do verso. Julgámos por isso preferível uniformizar. Camões chega a escrever

Desta arte o Malabar, destarte o Luso

(VII.45)

quando a verdade é o que o verso tem de ser lido

Destarte o Malabar, destarte o Luso.

Em alguns casos fez-se uma opção: *dino/a* não só está mais representado do que *digno/a*, mas a única vez que *digno/a* está em posição de rima esta faz-se com *imagina, ensina (insina)* – o que mostra que a ortografia erudita não correspondia à pronúncia. Das cinco vezes que o Poeta escreveu *Lua* só uma não nasalou o *u* (*Lua* em III.56.3). Por lapso tipográfico, sem dúvida.

E o caso de *Lũa* serve-nos para apontar os perigos da modernização. Em IX.48.1 *Lũa* está em posição de rima e as rimas escolhidas foram *nenbũa* e *algũa*. Os editores da EN foram obrigados a respeitar estas formas – o que não fizeram em outros casos:

Alguns traidores (3) houve algumas vezes

(IV.33.8)

Desta arte a Deusa a quem nenhuma iguala

(II.38.7)

O que se diz para *Lũa* diz-se para o plural antigo de *dom-dões*. Em V.95 o Poeta colocando *dões* em posição de rima serviu-se das palavras *Cipões* e *opressões*. É portanto desaconselhável utilizar a forma moderna *dons*.

Levassem prêmio digno e dons iguais

que Camões não conhecia.

É evidente que há casos em que a modernização não prejudica a rima. Por exemplo, *sembrante*. Mesmo que se mude em *semblante* não há perigo rimático. Resta saber se é moralmente legítimo fazê-lo. Quando Camões rima *nace* (de *nascer*) com *pace* (de *pacer*) e com *face* está dentro dos seus hábitos linguísticos. Se em vez de *nace* escrevesse *nasce* e *pasce* e mantivesse *face*, isso significaria que o grupo -*sc-* nenhuma influência teria na pronúncia daquele tempo. E é o caso ... Não é crível que escrevendo aqui *nascido* (II.10.2) e ali *nacido*

PREFÁCIO

(V.47.2) o Poeta hesitasse na pronúncia e se preocupasse com a etimologia. Poderíamos multiplicar os exemplos. Mas o nosso objectivo é apenas o de defender um critério adoptado, que poderia ter sido levado com mais rigor ainda. Para finalizar, apresento apenas um exemplo significativo: o Poeta empregou *benino* e *benigno*. A forma *benigno* foi utilizada duas vezes em rima: *benigno* – *Alcino* – *divino*; *benigno* – *destino* – *fino*. É evidente que para o Poeta *benigno* era o mesmo que *benino*. A restauração humanística não influiu durante muito tempo nos hábitos linguísticas.

PREFÁCIO

*«A' Luso, unde Lusitania dicta est, Lusiadas
adpellavimus Lusitanos, & a Lysa Lysiadas, sicut ab
Ænea Æneadas dixit Virgilius. Nec male subcessit. Nam
video id multis adlibuisse, præsertim autem Georgio
Cœlio, Lusitaniæ nostræ ornamento, sive poeticam
facultatem, sive Ciceronianæ orationis æmulationem
spectes.»*

In L. Andr. Resendii *Vincentium*
«Adnotationes» (48).

PREFÁCIO

Ev el Rey faço faber aos que efte Aluara virem que eu ey por bem & me praz dar licença a Luis de Camoës pera que poffa fazer imprimir nefta cidade de Lisboa, hũa obra em Octaua rima chamada Os Lufiadas, que contem dez cantos perfeitos, na qual por ordem poetica em verfos fe declarão os principaes feitos dos Portuguefes nas partes da India depois que fe defcobrio a nauegação pera ellas por mädado del Rey dom Manoel meu vifauo que fancta gloria aja, & ifto com priuilegio pera que em tempo de dez anos que fe começarão do dia que fe a dita obra acabar de empremir em diäte, fe não poffa imprimir nẽ vender em meus reinos & fenhorios nem trazer a elles de fora, nem levar aas ditas partes da India pera fe vender fem licẽça do dito Luis de Camoës ou da peffoa que pera iffo feu poder tiuer, fob pena dẽ que o contrario fizer pagar cinquenta cruzados & perder os volumes que imprimir, ou vender, a metade pera o dito Luis de Camões, & a outra metade pera quem os acufar. E antes de fe a dita obra vender lhe fera pofto o preço na mefa do defpacho dos meus Defembargadores do paço, o qual fe declarará & porá impreffo na primeira folha da dita obra pera fer a todos notorio, & antes de fe imprimir fera vifta & examinada na mefa do confelho geral do fanto officio da Inquifição pera cõ fua licença fe auer de imprimir, & fe o dito Luis de Camões tiuer acrescentados mais algus Cantos, tambem fe imprimirão auendo pera iffo licença do fanto officio, como acima he dito. E efte meu Aluara fe imprimirã outrofi no principio da dita obra, o qual ey por bem que valha & tenha força & vigor, como fe foffe carta feita em meu nome por mim afsinada & paffada por minha Chancellaria sem embargo da Ordenação do fegundo liuro, tit. xx. que diz que as coufas cujo effeito ouuer de durar mais que hum ano paffem per cartas, & paffando por aluaras não valhão. Gafpar de Seixas o fiz em Lisboa, a . xxiiij : de Setembro, de M. D. LXXI. Iorge da Cofta o fiz efcreuer.

PREFÁCIO

VI por mandado da santa & geral inquisição estes dez cantos dos Lusíadas de Luis de Camões, dos valerosos feitos em armas que os Portuguezes fizeram em Asia & Europa, & não achei nelles cousa alguma escandalosa, nem contraria á fe & bõs costumes, somente me pareceo que era necessário aduertir os Lectores que o Autor pera encarecer a difficuldade da nauegação & entrada dos Portuguezes na India, vsa de hũa fição dos Deoses dos Gentios. E ainda que sancto Augustinho nas suas Retractações se retracte de ter chamado nos liuros que compos de Ordine, aas Musas Deosas. Toda via como isto he Poesia & fingimento, & o Autor como poeta, não pretenda mais que ornar o estilo Poetico não tiemos por inconueniente yr esta fabula dos Deoses na obra, conhecendoa por tal. & ficando sempre salua a verdade de nossa sancta fe, que todos os Deoses dos Gêtios sam Demonios. E por isso me pareceo o liuro digno de se imprimir, & o Autor mostra nelle muito engenho & muita erudição nas sciencias humanas. Em fe do qual assiney aqui.

Frey Bertholameu
Ferreira

PREFÁCIO

Notas (parte I)

(1)

As estâncias *desprezadas* ou *omitidas* podem ler-se no tomo I, parte 2.^a, pp. 267 e segs., da edição de *Os Lusíadas* de MDCCLXXXII (na offic. de Simão Thadeo Ferreira) e na ed. de Leipzig (1873), pp. 205 e segs. Nesta edição incluíram-se as emendas de um terceiro manuscrito (ms. de Luís Franco). Podem ler-se também na edição de *Os Lusíadas* do Porto (MDCCCLXXX), pp. 397 e segs. Incluem-se também nesta edição as emendas do ms. de Luís Franco. V. a crítica feita a Manuel de Faria e Sousa pelo Morgado de Mateus na sua *Advertência*, pp. XVIII a XXIII.

(2)

V. *Miscelânea Filológica em Honra à Memória do Prof. Clovis Monteiro* (Rio de Janeiro, 1965), pp. 171-174.

(3)

Wilhelm Storck, *Vida e Obras de Luís de Camões*. Primeira parte. Versão do original alemão, anotado por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Lisboa, MDCCCXCVII, p. 460.

(4)

Id., *ibid.*, pp. 460-461.

(5)

V. Jordão de Freitas, *O Naufrágio de Camões e dos Lusíadas*, Lisboa, 1915.

(6)

.....
Por Mecenas a vós celebro e tenbo;

XXXVI

PREFÁCIO

*e sacro o nome vosso
farei, se alguma cousa em verso posso.*

*O rudo canto meu, que ressuscita
as honras sepultadas,
as palmas já passadas
dos belicosos nossos Lusitanos,
para tesouro dos futuros anos,
Convosco se defende
da lei Leteia, à qual tudo se rende.*

(Ode a D. Manuel de Portugal)

(7)

Juromenha, *Obras* ..., vol. I, Doc. F, p. 169.

(8)

Pelo menos um *primo* dos Camões de Coimbra. A tese do «tio D. Bento» renasceu com o aparecimento da *Cronica de Santa Cruz*, de D. Fr. Timóteo dos Mártires, Coimbra, edição da Biblioteca Municipal, 1955-1960.

(9)

V. José Maria Rodrigues, *Fontes dos Lusíadas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1905, pp. 247 e 248.

(10)

Sobre «*Os Lusíadas* e o tema das *Argonáuticas*», ver António Salgado Júnior, *Ocidente*, n.º 38, 1950, pp. 277 e segs., e n.º 40, 1951, pp. 261 e segs. Do mesmo autor, «Camões e a visão humanística da geografia da Europa de Quinhentos», *Ocidente*, n.º 36, 1949, pp. 281 e segs. Sobre o papel da *Argonautica*, de Valério Flacco, ver, de H. Howens Post, «A cronologia da composição de várias passagens de *Os Lusíadas*», *Ocidente*, Novembro de 1972 e separata.

(11)

Introd. à sua edição de *Os Lusíadas*, p. XIX (1916-1918).

(12)

Storck, *ob. cit.*, pp. 224 e 225.

PREFÁCIO

(13)

V. Arriano, *Historia de las expediciones de Alejandro*, cap. XX, p. 319. Madrid, 1897. (Trad. directa do grego por D. Federico Baraibar y Zumárraga.)

(14)

Em contraste com C. M. Bowra, autor de *Virgílio, Tasso, Camões e Milton*. Trad. port. por António Álvaro Dória em 1950.

Notas (parte II)

(1)

É o caso inverso de *madre*: Esta falta na edição *A*; e *lago* foi suprimido na edição *B*, mas existe em *A*.

(2)

É erro. *Mã*y falta em *A* e em *B*. Manuel Correia protestou contra a emenda, escrevendo *Da primeyra co terreno seyo* e acrescenta: «Assi fez Luis de Camões este verso, & não como anda impresso: da mãy primeyra co terreno seyo.» A ed. de Correia é de 1613.

(3)

E uma só vez *aposento* (X.87).

(4)

As modificações ortográficas não têm conto na ed. *B*: *abaixão*, por *abaxão* (VI.63); *agradeceo*, por *agardeceo* (VI.93); *baixo*, por *baxo* (VI.99); *embaixada*, por *embaxada* (VII.64); *embaixador*, por *embaxador* (VII.64); *abaixa*, por *abaxa* (VIII.11); *este*, por *estê* (VIII.54), etc.

(5)

Tito de Noronha, *A primeira edição dos Lusíadas*. Com quatro phototypias. Livraria Internacional de Ernesto Chardron – Editor. Porto e Braga, 1880.

(6)

O exemplar de que me servi pertenceu a Carolina Michaëlis de

PREFÁCIO

Vasconcelos (exemplar n.º 63), está encadernado e não tem a capa da própria edição.

(7)

Eleutério Cerdeira, *Duas Grandes Fraudes Camonianas*, documentadas com ilustrações. Edição da Companhia Editora do Minho. Barcelos, 1946.

Notas (parte III)

(1)

No nosso texto, *exprimenta*, por causa da medida do verso

(2)

Em IV.52.8 devia estar *público*.

(3)

Aliás, *tredores*.